

Como a partir de 16 de setembro de 2019, quando a Ação de Rescisão foi arquivada sem julgamento de mérito, nada se providenciou em cumprimento à Decisão de ev. 66, organizava-se a notificação do sr. VAHAN AGOPYAN (CPF 839.539.208-00) -- autoridade omissa, segundo competência que o Estatuto da Universidade de São Paulo, aprovado pela Resolução nº 3.461, de 1988, acrescida das alterações posteriores, atribui ao ocupante do cargo de Reitor --, nos mesmos moldes do Despacho proferido nos autos do Processo 16552.989.16-2 (ev. 143 do mencionado).

Com o advento da Resolução nº 1/2021 (SEI nº 0003113/2021-08), publicada na edição de 23 de março de 2021 do Diário Oficial do Estado (Caderno do Poder Legislativo, pp. 17-18), a competência para decidir a respeito passou a Auditor, de acordo com a nova redação concedida pelo art. 1º ao inciso IX do art. 57 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Considerando o exposto e os termos da Disposição Transitória única da mesma resolução, encaminhem-se os autos à Presidência, para efeito de distribuição a Auditor, conforme as regras aplicáveis ao caso.

Publique-se e cumpra-se.
PROCESSO: 00011674.989.19-9. ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE Bady Bassitt. ADVOGADO: VERA LUCIA CABRAL (OAB/SP 119.832). INTERESSADO(A): LUIZ ANTONIO TOBARDINI. ASSUNTO: DESCUMPRIMENTO DE PRAZO DURANTE O EXERCÍCIO - RESOLUÇÃO Nº06/2012 - DOE 18/10/12. ALTERADA PELA RESOLUÇÃO Nº09/2014. EXERCÍCIO: 2019. INSTRUÇÃO POR: UR-08.

Pesquisa efetuada no sistema SisGRF deste Tribunal (ev. 139), constatou o recolhimento da importância correspondente à multa aplicada a Luiz Antonio Tobardini, Prefeito do Município de Bady Bassitt, no exercício de 2019, por despacho de 30/6/2020 (ev. 111), pelo descumprimento dos prazos vigentes em Instruções e Comunicados desta Corte, no curso daquele exercício.

O interessado deixou de acostar aos autos o respectivo comprovante de pagamento, não obstante, essa providência pode ser relevada diante da efetiva liquidação do débito.

Ante o exposto, declaro Luiz Antonio Tobardini quite com este Tribunal, no âmbito destes autos, e determino que se expeça em seu nome a devida provisão de quitação, conforme preceitua o parágrafo único do artigo 87 da Lei Complementar estadual nº 709/1993.

Publique-se.
Exauridas as providências necessárias, archive-se.
PROCESSO: 00006968.989.21-0. ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDIDO RODRIGUES. INTERESSADO(A): FABRICIO ANTONIO RONCOLLI. ASSUNTO: Fiscalizações ordenadas - exercício 2021. EXERCÍCIO: 2021. INSTRUÇÃO POR: UR-13. PROCESSO PRINCIPAL: 6754.989.20-0.

Fica o sr. Prefeito Municipal NOTIFICADO para que tome conhecimento do Relatório da Fiscalização Ordenada -- Ouvidoria (ev. 12), que contém os apontamentos e resultados verificados no período em exame, e ADVERTIDO de que a falta de adoção de medidas corretivas poderá implicar na emissão de parecer desfavorável à aprovação das contas anuais.

Publique-se.
Após, retornem os autos à Unidade Regional de Araraquara -- UR-13 para prosseguimento de sua instrução.
DESPACHOS PROFERIDOS PELA CONSELHEIRA SUBSTITUTA SILVIA MONTEIRO.

PROCESSO: 00008430.989.18-6. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MAIRIPORA (CNPJ 46.523.163/0001-50). ADVOGADO: ROBERTA COSTA PEREIRA DA SILVA (OAB/SP 152.941) / MARCELO RENAN GOLLA (OAB/SP 292.125). CONTRATADO(A): ADITIVA EMPRESARIAL EIRELI (CNPJ 02.366.442/0001-81). INTERESSADO(A): ANTONIO SHIGUEYUKI AIACYDA (CPF 172.392.908-59). ASSUNTO: Contrato nº11/2018, Edital Pregão Presencial nº103/2017, Processo nº8210/2017, que tem por objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de locação de equipamentos de informática e serviços correlatos, com fornecimento de suprimentos, hardwares, softwares e acessórios, bem como manutenção preventiva e corretiva. EXERCÍCIO: 2018. INSTRUÇÃO POR: DF-03. PROCESSO(S) DEPENDENTES(S): 00009616.989.18-2, 00006684.989.19-7, 00008903.989.20-0, 00008908.989.20-5, 00008911.989.20-0, 00018343.989.20-8. RECURSO(S)/AÇÃO(ÕES) VINCULADO(S): 00026078.989.19-1, 00026082.989.19-5.

PROCESSO: 00009616.989.18-2. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MAIRIPORA (CNPJ 46.523.163/0001-50). ADVOGADO: ROBERTA COSTA PEREIRA DA SILVA (OAB/SP 152.941) / MARCELO RENAN GOLLA (OAB/SP 292.125). CONTRATADO(A): ADITIVA EMPRESARIAL EIRELI (CNPJ 02.366.442/0001-81). INTERESSADO(A): ANTONIO SHIGUEYUKI AIACYDA (CPF 172.392.908-59). ASSUNTO: Pregão Presencial nº 103/2017 - Contrato nº 11/2018 de 1º/2/2018. EXERCÍCIO: 2018. INSTRUÇÃO POR: DF-03. PROCESSO PRINCIPAL: 8430.989.18-6.

PROCESSO: 00006684.989.19-7. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MAIRIPORA (CNPJ 46.523.163/0001-50). ADVOGADO: ROBERTA COSTA PEREIRA DA SILVA (OAB/SP 152.941) / MARCELO RENAN GOLLA (OAB/SP 292.125). CONTRATADO(A): ADITIVA EMPRESARIAL EIRELI (CNPJ 02.366.442/0001-81). INTERESSADO(A): ANTONIO SHIGUEYUKI AIACYDA (CPF 172.392.908-59). ANDREA FIGUEIRA BARRETO VILAS BOAS (CPF 142.862.348-51). ANNIBALE TROPI SOMMA (CPF 010.821.558-02). DANIEL AUGUSTO RAMOS IGNACIO (CPF 070.914.968-92). ELIZABETE MARIA DOS SANTOS AIACYDA (CPF 996.993.118-00). ESSIO MINOZZI JUNIOR (CPF 524.733.338-15). GRAZIELLE CRISTINA DOS SANTOS BERTOLINI (CPF 305.537.428-25). GLEIDSON SHIGUEMI AIACYDA (CPF 334.839.128-86). MARCIO YOSHIAKI UTIDA (CPF 085.647.328-66). LEONILIA LEITE (CPF 126.943.148-05). MARCELO RENAN GOLLA (CPF 325.346.668-00). RONALDO ANTONIO DA SILVA (CPF 256.110.598-99). ASSUNTO: Termo de Aditamento nº 1 ao Contrato nº 11/2018. Prorroga a vigência por 12 meses, reajusta o valor por 3,2%. EXERCÍCIO: 2019. INSTRUÇÃO POR: DF-03. PROCESSO PRINCIPAL: 8430.989.18-6.

PROCESSO: 00008903.989.20-5. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MAIRIPORA (CNPJ 46.523.163/0001-50). ADVOGADO: ROBERTA COSTA PEREIRA DA SILVA (OAB/SP 152.941) / WALKER GONCALVES (OAB/SP 227.850) / MARCELO RENAN GOLLA (OAB/SP 292.125). CONTRATADO(A): ADITIVA EMPRESARIAL EIRELI (CNPJ 02.366.442/0001-81). INTERESSADO(A): ANTONIO SHIGUEYUKI AIACYDA (CPF 172.392.908-59). ANNIBALE TROPI SOMMA (CPF 010.821.558-02). MARIA DE LOURDES ALMEIDA DANTAS (CPF 060.307.618-11). ASSUNTO: 2º Termo de Aditamento do Contrato nº 011/2018 firmado com ADITIVA EMPRESARIAL EIRELI ME, para acréscimo de quantidade, assinado em 21/10/2019, processo administrativo 13.728/2019. EXERCÍCIO: 2019. INSTRUÇÃO POR: DF-03. PROCESSO PRINCIPAL: 8430.989.18-6.

PROCESSO: 00008908.989.20-5. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MAIRIPORA (CNPJ 46.523.163/0001-50). ADVOGADO: ROBERTA COSTA PEREIRA DA SILVA (OAB/SP 152.941) / WALKER GONCALVES (OAB/SP 227.850) / MARCELO RENAN GOLLA (OAB/SP 292.125). CONTRATADO(A): ADITIVA EMPRESARIAL EIRELI (CNPJ 02.366.442/0001-81). INTERESSADO(A): ANTONIO SHIGUEYUKI AIACYDA (CPF 172.392.908-59). ANDREA FIGUEIRA BARRETO VILAS BOAS (CPF 142.862.348-51). ASSUNTO: 3º Termo de Aditamento do Contrato nº 011/2018 firmado com ADITIVA EMPRESARIAL EIRELI ME, para acréscimo de quantidade, assinado em 21/10/2019, processo administrativo 13.728/2019. EXERCÍCIO: 2019. INSTRUÇÃO POR: DF-03. PROCESSO PRINCIPAL: 8430.989.18-6.

PROCESSO: 00008911.989.20-0. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MAIRIPORA (CNPJ 46.523.163/0001-50). ADVOGADO: ROBERTA COSTA PEREIRA DA SILVA (OAB/SP 152.941) / MARCELO RENAN GOLLA (OAB/SP 292.125). CONTRATADO(A): ADITIVA EMPRESARIAL EIRELI (CNPJ 02.366.442/0001-81). INTERESSADO(A): ANTONIO SHIGUEYUKI AIACYDA (CPF 172.392.908-59). ANDREA FIGUEIRA BARRETO VILAS BOAS (CPF 142.862.348-51). ANNIBALE TROPI SOMMA (CPF 010.821.558-02). DANIEL AUGUSTO RAMOS IGNACIO (CPF 070.914.968-92). DANIELA SFALCIN SILVA (CPF 178.809.758-02). GRAZIELLE CRISTINA DOS SANTOS BERTOLINI (CPF 305.537.428-25). LEONILIA LEITE (CPF 126.943.148-05). MARCELO RENAN GOLLA (CPF 325.346.668-00). MARCIO YOSHIAKI UTIDA (CPF 085.647.328-66). MARIA DE LOURDES ALMEIDA DANTAS (CPF 060.307.618-11). RONALDO ANTONIO DA SILVA (CPF 256.110.598-99). SONIA ALVEZ ACHNITZ (CPF 081.951.228-17). ASSUNTO: 4º Termo de Aditamento do Contrato nº 011/2018 firmado com ADITIVA EMPRESARIAL EIRELI ME, para prorrogação de prazo por 12 meses e reajuste de valores, assinado em 31/01/2020, processo administrativo 133/2020. EXERCÍCIO: 2020. INSTRUÇÃO POR: DF-03. PROCESSO PRINCIPAL: 8430.989.18-6.

PROCESSO: 00018343.989.20-8. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MAIRIPORA (CNPJ 46.523.163/0001-50). ADVOGADO: ROBERTA COSTA PEREIRA DA SILVA (OAB/SP 152.941) / MARCELO RENAN GOLLA (OAB/SP 292.125). CONTRATADO(A): ADITIVA EMPRESARIAL EIRELI (CNPJ 02.366.442/0001-81). INTERESSADO(A): ANTONIO SHIGUEYUKI AIACYDA (CPF 172.392.908-59). ANDREA FIGUEIRA BARRETO VILAS BOAS (CPF 142.862.348-51). LEONILIA LEITE (CPF 126.943.148-05). ASSUNTO: 5º Termo Aditivo do Contrato nº 011/2018 - firmado com Aditiva Empresarial Eireli ME, cujo objeto é a supressão de quantitativo. Assinado em 29/06/2020. EXERCÍCIO: 2020. INSTRUÇÃO POR: DF-03. PROCESSO PRINCIPAL: 8430.989.18-6.

Por decisão irrecorrível (ev. 122 do Processo 8430.989.18-6), o Contrato nº 11/2018 (PA nº 8.210/2017), celebrado entre o MUNICÍPIO DE MAIRIPORA e ADITIVA EMPRESARIAL EIRELI, o 1º Termo de Aditamento e parte da correspondente execução contratual (até 26 de fevereiro de 2019, cf. conteúdo do Relatório de Fiscalização de ev. 63.10 do Processo 9616.989.18-2) foram declarados irregulares pela e. Segunda Câmara.

Houve determinação, ainda não cumprida, para que a Câmara Municipal fosse comunicada a respeito do quanto decidido e para que as irregularidades fossem representadas ao Poder competente.

Os demais processos dependentes (8903.989.20-0, 8908.989.20-5, 8911.989.20-0 e 18343.989.20-8) permaneceram com o andamento suspenso enquanto se aguardavam, de início, o exame de recursos ordinários interpostos ante a decisão desfavorável (Processos 26078.989.19-1 e 26082.989.19-5) e, depois, a completa instrução do Processo 18343.989.20-8.

O objeto de cada qual pendente ainda de decisão.

Com o advento da Resolução nº 1/2021 (SEI nº 0003113/2021-08), publicada na edição de 23 de março de 2021 do Diário Oficial do Estado (Caderno do Poder Legislativo, pp. 17-18), a competência para decidir a respeito passou a Auditor, de acordo com a nova redação concedida pelo art. 1º ao inciso III do art. 57 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Considerando o exposto e os termos da Disposição Transitória única da mesma resolução, encaminhem-se os autos à Presidência, para efeito de distribuição a Auditor, conforme as regras aplicáveis ao caso.

Publique-se e cumpra-se.
PROCESSO: 00006741.989.21-4. ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BELA. ADVOGADO: DAVID AUGUSTO CASAGRANDE (OAB/SP 320.419). INTERESSADO(A): ALVARO JESIEL DE LIMA. ASSUNTO: FISCALIZAÇÃO ORDENADA - EXERCÍCIO 2021. EXERCÍCIO: 2021. INSTRUÇÃO POR: UR-03. PROCESSO PRINCIPAL: 6919.989.20-2.

Fica o sr. Prefeito Municipal NOTIFICADO para que tome conhecimento do Relatório da Fiscalização Ordenada -- Ouvidoria (ev. 11), que contém os apontamentos e resultados verificados no período em exame, e ADVERTIDO de que a falta de adoção de medidas corretivas poderá implicar na emissão de parecer desfavorável à aprovação das contas anuais.

Publique-se.
Após, retornem os autos à Unidade Regional de Campinas -- UR- 03 para prosseguimento de sua instrução.

PROCESSO: 00006684.989.21-3. ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE MORUNGABA. ADVOGADO: ALEXANDRE SEGATTO CIARBELLO (OAB/SP 229.895) / KEITH NAKANO (OAB/SP 231.513) / IVANDO CESAR FURLAN (OAB/SP 238.658). INTERESSADO(A): MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA. ASSUNTO: Fiscalizações Ordenadas - Exercício de 2021. EXERCÍCIO: 2021. INSTRUÇÃO POR: UR-03. PROCESSO PRINCIPAL: 7116.989.20-3.

Fica o sr. Prefeito Municipal NOTIFICADO para que tome conhecimento do Relatório da Fiscalização Ordenada -- Ouvidoria (ev. 11), que contém os apontamentos e resultados verificados no período em exame, e ADVERTIDO de que a falta de adoção de medidas corretivas poderá implicar na emissão de parecer desfavorável à aprovação das contas anuais.

Publique-se.
Após, retornem os autos à Unidade Regional de Campinas -- UR-03 para prosseguimento de sua instrução.
PROCESSO: 00007013.989.21-5. ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE MATAO. INTERESSADO(A): ADAUTO APARECIDO SCARDELLI. ASSUNTO: Fiscalizações ordenadas - exercício 2021. EXERCÍCIO: 2021. INSTRUÇÃO POR: UR-13. PROCESSO PRINCIPAL: 7214.989.20-4.

Fica o sr. Prefeito Municipal NOTIFICADO para que tome conhecimento do Relatório da Fiscalização Ordenada -- Ouvidoria (ev. 11), que contém os apontamentos e resultados verificados no período em exame, e ADVERTIDO de que a falta de adoção de medidas corretivas poderá implicar na emissão de parecer desfavorável à aprovação das contas anuais.

Publique-se.
Após, retornem os autos à Unidade Regional de Araraquara -- UR-13 para prosseguimento de sua instrução.

PROCESSO: 00007118.989.21-9. ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE JABOTICABAL. INTERESSADO(A): EMERSON RODRIGO CAMARGO. ASSUNTO: Fiscalizações ordenadas - exercício 2021. EXERCÍCIO: 2021. INSTRUÇÃO POR: UR-06. PROCESSO PRINCIPAL: 7265.989.20-2.

Fica o sr. Prefeito Municipal NOTIFICADO para que tome conhecimento do Relatório da Fiscalização Ordenada -- Ouvidoria (ev. 11), que contém os apontamentos e resultados verificados no período em exame, e ADVERTIDO de que a falta de adoção de medidas corretivas poderá implicar na emissão de parecer desfavorável à aprovação das contas anuais.

Publique-se.
Após, retornem os autos à Unidade Regional de Ribeirão Preto -- UR- 06 para prosseguimento de sua instrução.
PROCESSO: 00007036.989.21-8. ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRAO BONITO. INTERESSADO(A): ANTONIO CARLOS CAREGARO. ASSUNTO: Fiscalizações ordenadas. EXERCÍCIO: 2021. INSTRUÇÃO POR: UR-13. PROCESSO PRINCIPAL: 6954.989.20-8.

Fica o sr. Prefeito Municipal NOTIFICADO para que tome conhecimento do Relatório da Fiscalização Ordenada -- Ouvidoria (ev. 11), que contém os apontamentos e resultados verificados no período em exame, e ADVERTIDO de que a falta de adoção de medidas corretivas poderá implicar na emissão de parecer desfavorável à aprovação das contas anuais.

Publique-se.

Após, retornem os autos à Unidade Regional de Araraquara -- UR- 13 para prosseguimento de sua instrução.

PROCESSO: 00006866.989.21-3. ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE BRODOWSKI. INTERESSADO(A): JOSE LUIZ PEREZ. ASSUNTO: Fiscalizações ordenadas - exercício 2021. EXERCÍCIO: 2021. INSTRUÇÃO POR: UR-06. PROCESSO PRINCIPAL: 6740.989.20-7.

Fica o sr. Prefeito Municipal NOTIFICADO para que tome conhecimento do Relatório da Fiscalização Ordenada -- Ouvidoria (ev. 12), que contém os apontamentos e resultados verificados no período em exame, e ADVERTIDO de que a falta de adoção de medidas corretivas poderá implicar na emissão de parecer desfavorável à aprovação das contas anuais.

Publique-se.
Após, retornem os autos à Unidade Regional de Ribeirão Preto - UR-06 para prosseguimento de sua instrução.

PROCESSO: 00006833.989.21-3. ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS. INTERESSADO: ROGERIO PEREIRA DOS SANTOS. ASSUNTO: Fiscalizações ordenadas - exercício 2021. EXERCÍCIO: 2021. INSTRUÇÃO POR: DF-08. PROCESSO PRINCIPAL: 7342.989.20-9.

Fica o sr. Prefeito Municipal NOTIFICADO para que tome conhecimento do Relatório da Fiscalização Ordenada - Ouvidoria (ev. 14), que contém os apontamentos e resultados verificados no período em exame, e ADVERTIDO de que a falta de adoção de medidas corretivas poderá implicar na emissão de parecer desfavorável à aprovação das contas anuais.

Publique-se.
Após, retornem os autos à 8ª Diretoria de Fiscalização para prosseguimento de sua instrução.

PROCESSO: 00007112.989.21-5. ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE POA. INTERESSADA: MARCIA TEIXEIRA BIN DE SOUZA. ASSUNTO: FISCALIZAÇÃO ORDENADA - EXERCÍCIO DE 2021. EXERCÍCIO: 2021. INSTRUÇÃO POR: DF-06. PROCESSO PRINCIPAL: 7229.989.20-7.

Fica a Sra. Prefeita Municipal NOTIFICADA para que tome conhecimento do Relatório da Fiscalização Ordenada - Ouvidoria (ev. 12), que contém os apontamentos e resultados verificados no período em exame, e ADVERTIDA de que a falta de adoção de medidas corretivas poderá implicar na emissão de parecer desfavorável à aprovação das contas anuais.

Publique-se.
Após, retornem os autos à 6ª Diretoria de Fiscalização para prosseguimento de sua instrução.

PROCESSO: 00008718.989.16-3. ÓRGÃO: FACULDADE DE CIENCIAS E LETRAS - UNESP - CAMPUS DE ARARAQUARA (CNPJ 48.031.918/0026-82). ADVOGADO: ROSANE GOMES DA SILVA (OAB/SP 315.667). INTERESSADO: LECTICIA MARCONDES REZENDE (PIS/PASEP 17018528192). ASSUNTO: Ato de concessão inicial de aposentadoria e apostilas retificadoras. EXERCÍCIO: 2014. INSTRUÇÃO POR: UR-13. RECURSO(S)/AÇÃO(ÕES) VINCULADO(S): 00012419.989.17-3.

Trata-se de ato de concessão inicial de aposentadoria a LECTICIA MARCONDES REZENDE (ev. 8.2).

O ato teve o registro negado por Decisão de ev. 70, irrecorrível. Em cumprimento a essa decisão, a UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO" - UNESP produziu a apostila de retificação de ev. 106, em que se aborda também assunto novo (incorporação de gratificação de representação).

Instruída a matéria, abriu-se vista ao Ministério Público de Contas - MPC, tendo ele proposto "a suspensão da análise do ato de concessão de aposentaria em questão, até que o Plenário do Supremo Tribunal Federal venha a apreciar a cautelar deferida na ADI 6.257" (ev. 126).

Com o advento da Resolução nº 1/2021 (SEI nº 0003113/2021-08), publicada na edição de 23 de março de 2021 do Diário Oficial do Estado (Caderno do Poder Legislativo, pp. 17-18), a competência para decidir a respeito foi transferida a Auditor, segundo a nova redação conferida pelo art. 1º ao inciso IX do art. 57 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Considerando o exposto e os termos da Disposição Transitória única da mesma resolução, encaminhem-se os autos à Presidência, para efeito de distribuição a Auditor, de acordo com as regras aplicáveis ao caso.

Publique-se e cumpra-se.
PROCESSO: 00009409.989.15-9. ÓRGÃO: UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP (CNPJ 63.025.530/0001-04). ADVOGADO: GISELDA FREIRA PRESOTTO (OAB/SP 161.603) / HAMILTON DE CASTRO TEIXEIRA SILVA (OAB/SP 161.750) / ADRIANA FUMIE AOKI (OAB/SP 235.935) / ADRIANA FRAGALLE MOREIRA (OAB/SP 290.141). INTERESSADO(A): GERALDO LUCIANO TOLEDO (CPF 046.290.438-53). ADVOGADO: LARA LORENA FERREIRA (OAB/SP 138.099) / CHRISTIANE ANDRADE ALVES (OAB/SP 316.995). ASSUNTO: Ato de concessão inicial de aposentadoria e apostila de retificação. EXERCÍCIO: 2013. INSTRUÇÃO POR: DF-07. RECURSO(S)/AÇÃO(ÕES) VINCULADO(S): 00009587.989.18-7, 00010076.989.18-5.

Trata-se de ato de concessão inicial de aposentadoria a GERALDO LUCIANO TOLEDO (ev. 8.2).

O ato teve o registro negado por Decisão de ev. 83, irrecorrível. Em cumprimento a essa decisão, a UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP produziu a apostila de retificação de ev. 120.

Instruída a matéria, abriu-se vista ao Ministério Público de Contas - MPC, tendo ele proposto "a suspensão da análise do ato de retificação de aposentadoria em questão, até que o Plenário do Supremo Tribunal Federal venha a apreciar a cautelar deferida na ADI 6.257" (ev. 148).

Com o advento da Resolução nº 1/2021 (SEI nº 0003113/2021-08), publicada na edição de 23 de março de 2021 do Diário Oficial do Estado (Caderno do Poder Legislativo, pp. 17-18), a competência para decidir a respeito foi transferida a Auditor, segundo a nova redação conferida pelo art. 1º ao inciso IX do art. 57 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Considerando o exposto e os termos da Disposição Transitória única da mesma resolução, encaminhem-se os autos à Presidência, para efeito de distribuição a Auditor, de acordo com as regras aplicáveis ao caso.

Publique-se e cumpra-se.
PROCESSO: 00008969.989.16-9. ÓRGÃO: FACULDADE DE MEDICINA - UNESP - CAMPUS DE BOTUCATU (CNPJ 48.031.918/0019-53). ADVOGADO: ROSANE GOMES DA SILVA (OAB/SP 315.667). INTERESSADO: JOSÉ REINALDO CEERQUEIRA BRAZ. ASSUNTO: Ato de concessão inicial de aposentadoria. EXERCÍCIO: 2014. INSTRUÇÃO POR: UR-02.

Trata-se de ato de concessão inicial de aposentadoria a JOSÉ REINALDO CERQUEIRA BRAZ (ev. 8.2).

O processo foi autuado em 13 de abril de 2016 (ev. 1), há quase cinco anos, portanto.

O andamento dos autos, sobrestado desde 28 de maio de 2020 por força do Despacho de ev. 118, seria retomado de pronto, para evitar a decadência decorrente da tese de repercussão geral fixada pelo Supremo Tribunal Federal -- STF nos autos do RE 636.553 (verbis: "Em atenção aos princípios da segurança jurídica e da confiança legítima, os Tribunais de Contas estão sujeitos ao prazo de 5 anos para o julgamento da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma ou pensão, a contar da chegada do processo à respectiva Corte de Contas").

Com o advento da Resolução nº 1/2021 (SEI nº 0003113/2021-08), publicada na edição de 23 de março de 2021 do Diário Oficial do Estado (Caderno do Poder Legislativo, pp. 17-18), a competência para decidir a respeito foi transferida a Auditor, segundo a nova redação conferida pelo art. 1º ao inciso IX do art. 57 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Considerando o exposto e os termos da Disposição Transitória única da mesma resolução, encaminhem-se os autos à Presidência, para efeito de distribuição a Auditor, de acordo com as regras aplicáveis ao caso.

Publique-se e cumpra-se, com a URGÊNCIA que o caso requer.
PROCESSO: 00017085.989.16-8. ÓRGÃO: UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP (CNPJ 63.025.530/0001-04). ADVOGADO: GISELDA FREIRA PRESOTTO (OAB/SP 161.603) / HAMILTON DE CASTRO TEIXEIRA SILVA (OAB/SP 161.750) / ADRIANA FUMIE AOKI (OAB/SP 235.935) / ADRIANA FRAGALLE MOREIRA (OAB/SP 290.141). DOUGLAS WAGNER FRANCO. ASSUNTO: Ato de concessão inicial de aposentadoria. EXERCÍCIO: 2015. INSTRUÇÃO POR: DF-07. RECURSO(S)/AÇÃO(ÕES) VINCULADO(S): 00016725.989.20-6.

Trata-se de ato de concessão inicial de aposentadoria a DOUGLAS WAGNER FRANCO (ev. 11.2).

O processo foi autuado em 8 de novembro de 2016 (ev. 1), há quase cinco anos, portanto.

O andamento dos autos, sobrestado desde 28 de maio de 2020 por força do Despacho de ev. 118, seria retomado de pronto, para evitar a decadência decorrente da tese de repercussão geral fixada pelo Supremo Tribunal Federal -- STF nos autos do RE 636.553 (verbis: "Em atenção aos princípios da segurança jurídica e da confiança legítima, os Tribunais de Contas estão sujeitos ao prazo de 5 anos para o julgamento da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma ou pensão, a contar da chegada do processo à respectiva Corte de Contas").

Com o advento da Resolução nº 1/2021 (SEI nº 0003113/2021-08), publicada na edição de 23 de março de 2021 do Diário Oficial do Estado (Caderno do Poder Legislativo, pp. 17-18), a competência para decidir a respeito foi transferida a Auditor, segundo a nova redação conferida pelo art. 1º ao inciso IX do art. 57 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Considerando o exposto e os termos da Disposição Transitória única da mesma resolução, encaminhem-se os autos à Presidência, para efeito de distribuição a Auditor, de acordo com as regras aplicáveis ao caso.

Publique-se e cumpra-se, com a URGÊNCIA que o caso requer.
PROCESSO: 00007667.989.21-4. REPRESENTANTE: SAMANDA DOS ANJOS CAMILO DA SILVA (CPF 436.512.238-09). ADVOGADO: SAMANDA DOS ANJOS CAMILO DA SILVA (OAB/SP 437.462). REPRESENTADO(A): PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE PARNAIBA (CNPJ 46.522.983/0001-27). ASSUNTO: Representação visando ao exame prévio do edital do Pregão Eletrônico nº 45/21, Processo Administrativo nº 177/21, da Prefeitura Municipal de Santana de Parnaíba, objetivando a aquisição de ovos de páscoa. EXERCÍCIO: 2021. INSTRUÇÃO POR: DF-09.

Trata-se de representação intentada por Samanda dos Anjos Camilo da Silva, Advogada militante em São Paulo, contra o edital do Pregão Eletrônico nº 45/2021 da Prefeitura Municipal de Santana de Parnaíba, do tipo menor preço por item, cujo objeto é a compra de itens de "chocolate ao leite formado de ovo de páscoa pesando no mínimo 270 gramas", para atender alunos da Rede Municipal de Ensino.

Em apertada síntese, a representante insurge-se contra o seguinte:

- (a) peso mínimo de 270g;
- (b) mínimo de 2g de fibras alimentares;
- (c) máximo de 16mg de sódio;
- (d) mínimo de 2 bombons no interior.

A sessão pública está designada para a data de 25/3/2021. Não há notícia sobre eventual impugnação nos termos do art. 41, § 1º, da Lei 8.666/93.

É o relatório.

DECIDO.
Ao menos num juízo meramente sumário e apriorístico, próprio deste rito processual, ainda não há indício robusto de fato que demande uma intervenção prévia no ato administrativo.

A jurisprudência deste Tribunal em casos similares declara a irregularidade de especificações exatas e recomenda a utilização de intervalos de aceitabilidade, que é o que parece estar a ocorrer neste caso, porquanto as impugnações indicadas em (a), (b), (c) e (d) dizem respeito a especificações mínimas e máxima, ou seja, a intervalos de aceitabilidade.

A peticionária exibiu consulta na internet sobre marcas "Lacta", "Arcor" e "Nestlé"; porém, não há como deixar de considerar que foi apresentado somente 1 tipo de ovo de páscoa para cada uma dessas 3 marcas, de maneira que ainda não está claro se outros tipos de ovos de páscoa dessas indigitadas marcas não atenderiam aqueles intervalos de aceitabilidade, e tampouco se outras marcas não conteriam produtos que atenderiam aos intervalos de aceitabilidade.

Faz-se necessária, pois, diligência complementar por órgãos deste Tribunal, a qual, entretanto, enseja dilação probatória incompatível com o rito sumário e excepcional do exame prévio de edital, razão pela qual as impugnações aqui suscitadas passam à condição de serem aferidas no caso concreto através dos procedimentos ordinários de fiscalização e acompanhamento já adotados rotineiramente pelos órgãos de instrução deste Tribunal.

A presente decisão, por óbvio, cinge-se a uma análise preliminar e sumária, própria do rito sumaríssimo que se impõe à situação em comento, mesmo porque não se reveste de caráter final, já que se presta apenas para estabelecer quando os atos da Administração devem submeter-se à fiscalização do Tribunal de Contas - se previamente, com base no § 2º do artigo 113 da Lei 8.666/93, - ou se posteriormente, nos termos do disposto no "caput" do mesmo artigo, diante do caso concreto.